

Congresso: acordos da dívida são ilegais

CI BORO * 5 OUT 1989 647

BRASILIA — O Congresso Nacional aprovou ontem o relatório do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), que considera inconstitucionais os acordos de renegociação da dívida externa efetuados após 1983 e propõe sua análise pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo o relatório, o Congresso deve ainda promover junto ao Ministério Público a responsabilização dos negociadores da dívida pelas irregularidades dos acordos. O rela-

tório do Senador encerrava a primeira fase do trabalho da Comissão Mista do Congresso, criada pela Constituição para analisar o endividamento externo, e cujo prazo de existência se encerra hoje.

Os parlamentares não aprovaram o relatório final da Comissão, elaborado pelo Deputado Luís Salomão (PDT-RJ), que propunha suspensão dos pagamentos da dívida até que as

reservas cambiais cheguem a 5% do Produto Interno Bruto, ou cerca de US\$ 20 bilhões. O relatório fica apenas como subsídio para a continuidade das investigações, que serão feitas por uma nova Comissão Mista do Congresso, criada ontem.

O Deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS) acha que a nova Comissão será mais fraca que a anterior, da qual era membro, e que foi criada

pela própria Constituição, mas que não teve tempo para concluir o trabalho. O Congresso aprovou também o envio à Câmara de um projeto do Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), igualmente aprovado pela Comissão, que propõe a suspensão de todos os pagamentos até que o Supremo Tribunal Federal analise os contratos, e que o Congresso os reformule, o que o torna mais drástico que o de Luís Salomão.

●ZPE — A centralização da administração das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) no Governo federal foi duramente criticada, ontem, no I Encontro Nacional sobre as ZPEs, na Confederação Nacional da Indústria (CNI). No primeiro painel de debates, o Embaixador José Maria Villar de Queiroz disse que as resistências de um grupo de industriais sulistas — liderados pela Fede-

ração das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) — de economistas de esquerda e de burocratas estatais, sobre a concepção das ZPEs, causou alguns estragos no modelo adotado pelo Brasil. E lembrou que o mais perigoso é a centralização da administração das zonas no Governo federal, no que foi apoiado pelos representantes dos Governos estaduais.